

Preto e índio: cidadão ou não?

» JOSÉ NORBERTO CALIXTO
Professor

A formação do Estado brasileiro foi baseada no sistema escravocrata e, mesmo na República, a estrutura discriminatória só se intensificou, sendo a cidadania plena negada a negros e indígenas. A necessidade urgente de criar leis voltadas para a inclusão social evidencia o DNA escravocrata do país. A falta de oportunidade formal para o desenvolvimento social e material é ignorada pelo Estado brasileiro.

Políticas de promoção da igualdade racial que constam do debate público e das legislações de vários países, no Brasil são negligenciadas e mesmo combatidas. A ascensão social de negros e indígenas resultaria em desenvolvimento nacional. A necessidade de tratar positivamente os desiguais, anulando os efeitos do racismo que é a desigualdade de oportunidades deve ser ponto de partida para uma sociedade mais harmônica.

A hierarquização na sociedade brasileira promove o racismo, colocando o cidadão contra cidadão, vendendo uma ideia de pertencimento deslocada do coletivismo. O inconsciente segregacionista coloca todo um coletivo social em xeque. O racismo se manifesta no discurso político de meritocracia sem considerar a falta de oportunidades que possibilita o desenvolvimento social, político e econômico dos excluídos. A dificuldade de ascensão econômica promovida pelo Estado só agrava a degradação social da base da pirâmide, solidificando o antagonismo étnico.

O surgimento de grupos extremistas, nazifascistas, questiona a tal "democracia racial" brasileira que nunca existiu. A estrutura educacional brasileira formatada em molde hierarquizado discriminatório sempre prejudicou as minorias raciais e sociais e por consequência a sociedade como um todo. No acesso ao mercado de trabalho, na formação de quadros e capacitação de pessoal, a juventude negra sempre foi negligenciada, alimentando o distanciamento social e perpetuando o racismo estrutural. A Lei 10.639/2003 busca corrigir uma falha no currículo escolar determinando a inclusão de conteúdos referentes ao continente africano e à história da formação do povo negro no Brasil. A lacuna refletia uma interpretação folclórica e discriminatória. A conjuntura anterior à lei favorecia a invisibilização da população negra, obrigada a dar provas recorrentes de sua capacidade e de superação.

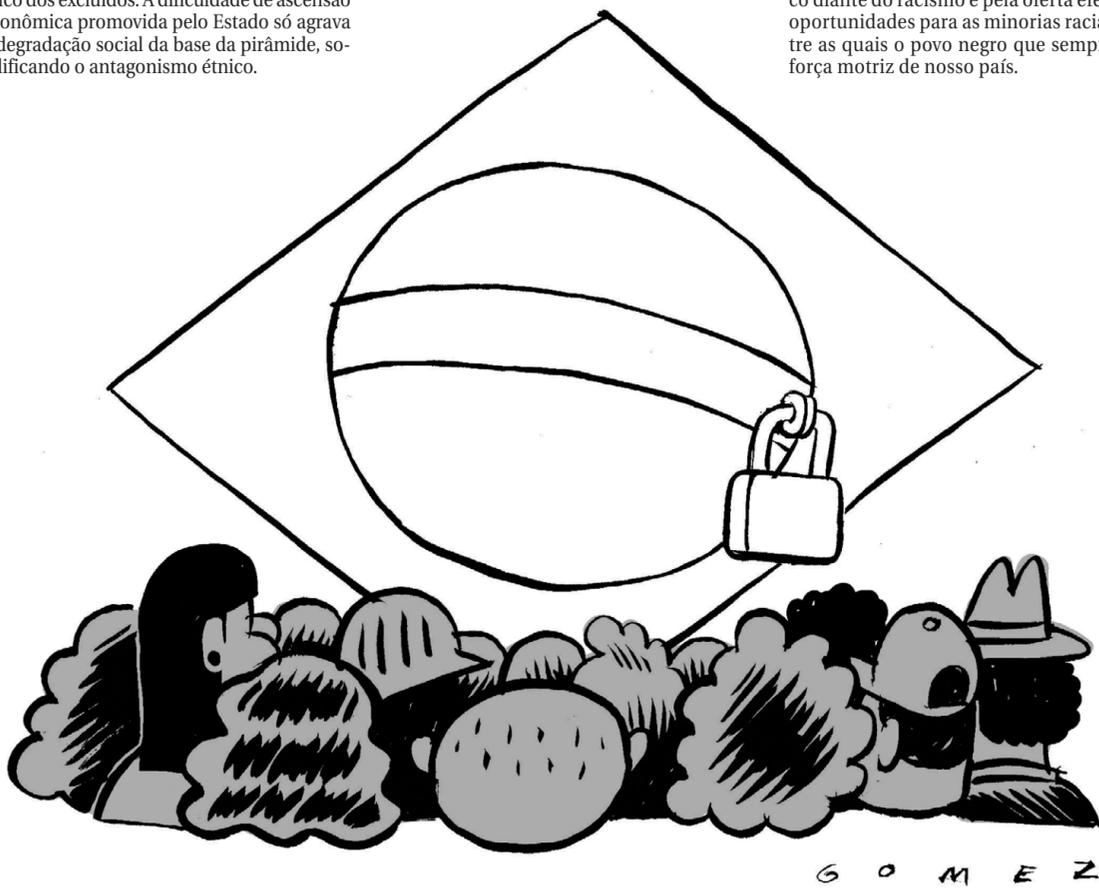
A genética refuta a ideia de existência de racialização ou de subgrupos humanos. O que resta comprovado cientificamente é a existência da raça humana e suas etnias, composta de diversas variações fenotípicas. Como nos mostra o professor Sílvio Almeida, o capitalismo promove a hierarquização social e racionalização, cristalizando conceitos de hegemonia

de uma superioridade ou inferioridade étnicas. Nesse contexto, capacidades, talentos e tradições são substituídos por ações de eficiência tecnológicas que não são ofertadas a todos de forma justa e igualitária.

Mesmo hoje, as agremiações político-partidárias que se apresentam como progressistas, em sua grande maioria são compostas absolutamente por uma elite branca burguesa, intelectualizada, que não demonstra real interesse na pauta negro/indígena. Não se percebe, assim, nem compromisso nem interesse desses partidos de combater o racismo e promover a igualdade racial.

Tem-se a impressão de que as minorias raciais lutam sozinhas em pautas que impliquem, em alguma medida, a ruptura de estruturas de poder que promovem o preconceito e a discriminação, bem como a falta de oportunidades para os excluídos. É preciso pôr em relevo o enfoque racial para combater desajustes sociais que têm esse fator como algo determinante.

Depois de quatro anos de um desvio de rota no Brasil, há mostras de que 2023 terá como marca a "reconstrução" e, em especial, a reconstrução de valores familiares e sociais. O desenvolvimento do Brasil passa, obrigatoriamente, pela correção de postura coletiva e, especificamente, do poder público diante do racismo e pela oferta efetiva de oportunidades para as minorias raciais, entre as quais o povo negro que sempre foi a força motriz de nosso país.



Poderia ter sido pior

» JOSÉ HORTA MANZANO
Empresário

Virada de ano é o momento de dar uma parada, olhar pra trás, olhar pra frente e buscar, na euforia efêmera do espocar dos fogos, ânimo pra seguir adiante. Se fosse um carro, este escriba, que já rodou mundo, contaria muitos quilômetros no odômetro. Lembro-me dos ensolarados anos 1960 e 1970, quando o futuro nos pertencia e um fusquinha era nosso objeto de desejo. Mas os anos passaram e o panorama mudou. As cidades brasileiras se estufaram e engoliram, em congestionamentos crônicos, nossos ingênuos objetos de desejo. Quanto ao futuro, já nem temos certeza de que nos pertença. Entre crise climática, pandemia e ameaça nuclear, nem sabemos se futuro haverá.

Constato, consternado, que nosso fluxo migratório se inverteu. Meio século atrás, o número dos que escolhiam o Brasil para se estabelecer e recomçar a vida era muito superior ao de brasileiros que se iam. Na atualidade, cresce a cada ano o contingente de brasileiros desiludidos, que abandonam nosso país em busca de um futuro melhor em outras terras. O país do futuro já não atrai aquele mundaréu de gente e já não cativa nem os próprios cidadãos. Dá dó assistir impotente a essa fuga de braços e de cérebros, gente que, no futuro, só voltará para as férias.

Hoje à meia-noite (se o mundo não acabar daqui até lá), teremos tirado o pé de 2022, um ano agourento. No nível mundial, a invasão da

Ucrânia nos fez retroceder oito décadas a um período em que Herr Hitler, julgando que faltasse Lebensraum (espaço vital) a seus súditos, armou suas tropas e invadiu países soberanos. Era um tempo que, até outro dia, todos acreditávamos superado, morto e esconjurado. Putin nos ensinou que nenhuma verdade é eterna e que não convém baixar a guarda.

Essa ressurgência da guerra tem infligido horrores ao povo agredido. Até países que, embora distantes da cena bélica, dependem dos grãos ucranianos estão em estado de insegurança alimentar. Assim mesmo, os russos poderiam até ter invadido algum país da Otan, o que acenderia o braseiro de uma guerra mundial. Felizmente, não o fizeram. No fundo, poderia ter sido pior.

Nosso capitão, que vive hoje seu último dia de mandato, foi outro que aprontou. Não chegou a cogitar invadir o Paraguai nem recuperar o Uruguai, mas um dia ousou ameaçar os Estados Unidos (!), explicando a Biden que, "quando acabar a saliva, tem que ter pólvora". Mas, para alívio de nossas angústias, ficou no blá-blá. Não despachou tropas em direção ao grande irmão do Norte. Veja você que, no fundo, poderia ter sido pior.

O negacionismo científico do presidente, que tinha se manifestado no estouro da pandemia com a sonegação de vacina e oxigênio, continuou firme e adentrou 2022. Verbos foram negadas a tudo o que, de perto ou de longe, estivesse no campo da ciência.

Universidades federais e bolsistas viram sua dotação fortemente diminuída ou até suprimida. Talvez o capitão tenha tido ganas de mandar fechar universidades em todo o território nacional e acabar de vez com esses "perigosos ninhos de comunistas". Não o fez. Veja você que, no fundo, poderia ter sido pior.

O golpismo, característica inerente ao capitão, manteve-se empinado. A cada ocasião que lhe pareceu propícia, Bolsonaro avivou a chama. Jamais deixou cair a peteca. A ideia fixa que o atormenta desde os tempos da caserna não enfraqueceu. Queria porque queria dar um golpe de Estado. No caso dele, seria um autogolpe, variante tipicamente latino-americana já testada por numerosos governantes de nossa região. Talvez por não se sentir escorado pelas Forças Armadas, Bolsonaro não ousou ir às últimas consequências. Tivesse ido, estaríamos vivendo um caos que a imaginação mais fértil não consegue avaliar. Veja você que, no fundo, poderia ter sido pior.

De susto em susto, de tranco em tranco, de solavanco em solavanco, chegamos ao fim de um ano que não deixará saudades. Amanhã acordaremos aliviados por ver o fim de um ciclo atroz, mas também apreensivos por ver a volta de Luiz Inácio ao poder. Nós, os que escrevemos sobre política nacional, baixaremos enfim a arma. Mas Lula que se cuide: nossa metralhadora é rotatória. Que ele não bobeie, se não vai ter pólvora. Feliz ano novo a todos.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

O que se paga e o que se vê

Sendo o Brasil o país dos paradoxos, não é de se estranhar que os reajustes na tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), medida que, à primeira vista, objetiva reduzir a carga tributária para os contribuintes de baixa renda, acaba, por malabarismos contábeis, produzindo um efeito negativo sobre a desigualdade de renda. A situação que leva os brasileiros a suportarem uma das maiores cargas tributárias do planeta, criou, entre a população, uma espécie de cultura do escapismo e do dribble, estimulando os pagadores de imposto a criarem as mais inventivas formas de escapar da mordida do leão.

Alguém tem que pagar essa conta que aumentará muito. Essa questão ganha ainda mais um complicador, quando se verifica que os gastos governamentais, a cada ano que passa ganha mais e mais opacidade, mesmo com as leis de transparência exigindo o contrário.

As pedaladas nas contas públicas, mostram que a manipulação das contas do governo, indicam que a realidade dos gastos e do quantitativo de numerários dentro dos cofres da Nação não coincidem. Gasta-se mais e, por isso, tributa-se mais ainda, num ciclo sem fim e que, no frígido dos ovos, provoca retraimento no desenvolvimento do país. Gasta-se e gasta-se mal, o que é pior.

Imposto, que as gramáticas definem como sendo o partícipio passado do verbo impor, nunca em tempo algum e em nenhum lugar do planeta, foi aceito de bom grado e entendido como minimamente razoável por quem quer que seja. Não é por outra razão que, ao longo de toda a história da humanidade, muitas injustiças e crimes e mesmo guerras foram praticadas contra a imposição desses encargos financeiros sobre os ombros da população.

Do ponto de vista do governo e daqueles que defendem essa cobrança, essa é a única forma disponível, até o presente, para financiar as ações do Estado dentro de uma sociedade. Essa visão, contudo, não tem sustentação duradoura quando se observa que, por se tratar de um tributo que não está diretamente vinculado a uma prestação de serviço de interesse do cidadão pode ser utilizado para infinitas outras atividades, muitas delas de interesse imediato e direto apenas daqueles que compõem o governo e de grupos de interesse que orbitam ao redor do poder.

Assim sendo, o contribuinte, mesmo esclarecido de que não há nada e nenhum contrato que lhe assegure que haverá uma contrapartida na prestação de serviços, é instado a entregar ao governo, todos os anos, grande parte do que produziu. A não observância desse preceito acarreta severas sanções ao infrator, principalmente se ele estiver locado na base da pirâmide social, em que a realidade só tem dois matizes: preto e branco. Cálculos diversos demonstram que o Imposto de Renda no Brasil tem incidência bem menor sobre os rendimentos dos mais ricos, que abrigam suas riquezas em fontes não tributáveis, como é o caso de lucros e dividendos distribuídos aos sócios de empresas. Para cada R\$ 1 de rendimento taxado pelo IR dos mais ricos, outros R\$ 2 ficaram isentos de tributação. O inverso para aqueles que percebem entre um e dois salários mínimos, para cada R\$ 1 de renda isenta, outros R\$ 7,60 foram tributados, que na fonte ou na declaração do IR. Mesmo quanto as contrapartidas advindas de uma das maiores cargas tributárias do planeta, no Brasil essa questão adquire contornos surrealistas quando se verificam as péssimas condições em que se encontram hoje hospitais, escolas, segurança pública e outros quesitos necessários à uma vida digna.

O brasileiro cumpridor de seus deveres paga religiosamente seus tributos, embora saiba, no seu íntimo, que esses recursos jamais lhes serão restituídos com a devida justiça na forma de serviços públicos.

» A frase que foi pronunciada

“O homem não é como os outros animais nos aspectos realmente significativos: os animais têm instintos, nós temos impostos.”

Erving Goffman

No ar

» Regras mais rígidas para as empresas aéreas que venderem duas passagens para o mesmo acento. Os direitos dos consumidores, nesse caso, garantem ao cliente não aceitar outra passagem, mas o dinheiro de volta e a possibilidade de acionar a Justiça por danos morais.

Prática recorrente

» Bancos que enviam cartão de crédito, mesmo que bloqueado, sem que tenha sido solicitado, cometem prática abusiva e também podem ser processados por dano moral.

Merecido

» Grande destaque nas leis aprovadas pela Câmara dos Deputados foi dado pela Agência Câmara para a habitação para policiais civil, militar, federal, rodoviário federal, penal, bombeiros, agentes penitenciários, peritos e guardas municipais. O próximo passo deve ser um plano de saúde mais abrangente.

» História de Brasília

A Novacap botou para fora dos mercadinhos os japoneses que estavam explorando. Disse, depois, que os boxes estavam impréstáveis, tal a falta de conservação. Afirmou, então, que faria a reforma, entregaria a produtores. (Publicada em 15/3/1962)